

Projeto de Bracara Augusta. 38 anos de descoberta e estudo de uma cidade romana

Manuela MARTINS
UM/UAUM

Resumo

Avaliam-se neste trabalho os condicionalismos que presidiram à criação, em 1976, do 'Projeto de Bracara Augusta', analisa-se a sua evolução e valorizam-se os principais resultados científicos alcançados no conhecimento da cidade romana. Constituindo o primeiro projeto de arqueologia urbana em Portugal, a sua origem prende-se com a criação do Campo Arqueológico de Braga e com o pacote de medidas contidas no decreto-lei 640/76, que fez história na arqueologia portuguesa do pós 25 de Abril. Apesar da perda de proteção legal dos terrenos arqueológicos, posteriormente a 1979, o projeto consolidou-se graças à ação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, que assumiu a sua direção científica desde 1977.

Palavras-chave

Bracara Augusta; arqueologia urbana; história da arqueologia portuguesa

Abstract

In this work we assess the constraints that presided over the creation in 1976 of the 'Project of Bracara Augusta', we analyze its evolution and we evaluate the main scientific results related with the knowledge of the Roman city. Constituting the first project of urban archeology in Portugal its origin is linked to the creation in Braga of an archaeological team and with the package of measures included in the Decree-law 640/76, which made history in Portuguese archeology of post April 25th. Despite the loss of legal protection of the archaeological areas, subsequent to 1979, the project has consolidated itself thanks to the action of the Unit of Archaeology of the University of Minho that took its scientific leadership since 1977.

Keywords

Bracara Augusta; urban archaeology; history of portuguese archaeology

Introdução

O '*Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*' constituiu o primeiro projeto de Arqueologia urbana implementado em Portugal, sendo também o único que se manteve em atividade até ao presente, contando com 38 anos de existência.

As circunstâncias que tornaram possível a afirmação e sobrevivência deste projeto são complexas e foram já parcialmente abordadas em várias publicações que têm procurado identificar, quer o seu contexto de emergência e antecedentes, quer as suas diretrizes, bem como alguns dos seus sucessos e resultados¹. Não cabendo no espaço deste trabalho a realização de um historial detalhado do projeto, procuraremos valorizar nesta breve apresentação alguns aspetos relacionados com implantação e gestão do projeto, bem como aqueles que julgamos serem os seus principais resultados, devidos, em grande medida ao seu enquadramento particular no âmbito da Universidade do Minho, instituição que aceitou, em 1976, a sua liderança, criando para o efeito uma Unidade de Arqueologia, em 1977.

Historial do Projeto

O '*Projeto de Bracara Augusta*' deve a sua existência a um conjunto extraordinário de circunstâncias que convergiram para a sua concretização. Sem dúvida que a mais importante resulta do facto de cerca de $\frac{3}{4}$ os terrenos arqueológicos da antiga cidade romana se terem mantido mais ou menos intocados até aos anos 50 do século passado, transformados que foram, a partir da Alta Idade Média, em quintas e quintais que envolviam o acanhado núcleo urbano de Braga, que se sobrepôs ao quadrante nordeste da antiga cidade. No entanto, a partir de meados do século XX, e no quadro da renovação urbana de Braga, iniciou-se um processo de destruição do subsolo arqueológico, que se tornaria devastador nas décadas de 60 e 70².

Tentando impedir a destruição sistemática dos vestígios romanos J. J. Rigaud de Sousa propõe, em 1973, uma zona histórica e arqueológica para Braga, que nunca chegou a ser aprovada. Por isso, a expansão construtiva sobre os solos arqueológicos prosseguiu até 1976, contribuindo para desencadear uma profunda reação pública por parte dos setores da população bracarense mais esclarecidos, que beneficiou da liberdade de expressão restaurada com o 25 de Abril de 1974, bem como da proliferação do associativismo, que criaram um contexto propício para o desenrolar de um processo *sui generis* que esteve na origem do '*Projeto de Bracara Augusta*'.

Alguns factos demonstram que 1976 foi o 'ano de graça' da arqueologia bracarense, com a constituição, a 3 de fevereiro, da CODEP (Comissão de Defesa e Estudo do Património), que realizou uma importante campanha de sensibilização sobre a importância dos vestígios arqueológicos, a qual acabou por determinar que a Universidade do Minho assumisse, a 23 de fevereiro, a responsabilidade de criação e um Campo Arqueológico em Braga. A 12 de maio do mesmo ano foi criado um Grupo Executivo Interministerial

¹ GASPAR, LEMOS e DELGADO 1986: pp. 27-42; DELGADO, MARTINS e LEMOS 1989: pp. 3-40; NUNES 1994: pp. 63-70; 1996: pp. 23-48; MARTINS e LEMOS 1997-98: pp. 9-21; MARTINS, FONTES e CUNHA 2013, pp.81-88.

² NUNES 1988, pp.93-100; OLIVEIRA e FERNANDES 1986, pp.171-195; MARTINS e LEMOS 1997-98, pp. 9-21.

(GATZAB), com a incumbência de elaborar um estudo sobre a situação criada em Braga pela descoberta de ruínas arqueológicas, cujo relatório, ultimado um mês depois, esteve na origem da publicação do decreto-lei 640/76, de 30 de julho. Este notável documento consagrou a criação do Campo Arqueológico de Braga, com o objetivo de assegurar o '*Salvamento de Bracara Augusta*', definiu uma Zona Arqueológica, de apreciável extensão, reconhecida como valioso património cultural nacional e europeu, definiu a responsabilidade legal da Universidade do Minho na direção dos trabalhos arqueológicos de Braga, através da criação de uma Unidade de Arqueologia, que deveria responsabilizar-se pela direção científica do '*Projeto de Bracara Augusta*' e determinou a elaboração de um novo plano de urbanização para Braga, que deveria respeitar as condicionantes do património arqueológico³. Em suma, estavam reunidas as condições para se proceder a um salvamento e estudo sistemático da cidade de *Bracara Augusta*.

Muito embora, a protecção legal dos terrenos arqueológicos de Braga tenha deixado de funcionar desde 1979⁴, o '*Projeto de Bracara Augusta*' sobreviveu graças à ação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, criada em 1977, que assegurou, desde então, a direção científica do projeto, no âmbito do qual foram realizadas largas dezenas de escavações na área urbana de Braga, quer de natureza preventiva, quer inseridas no âmbito de projetos de investigação. Por sua vez, o pessoal técnico que integrava o Campo Arqueológico de Braga foi absorvido pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa (MADDS), revitalizado em 1980, instituição que passou a assegurar o tratamento, gestão e valorização do valioso espólio obtido nas escavações de Braga.

Sinteticamente poderemos considerar a existência de duas fases no desenvolvimento do '*Projeto de Bracara Augusta*'. A primeira corresponde ao período em 1976 e 1992 e foi dominada pelo 'primado do salvamento e proteção'. De facto, posteriormente a 1979 todos os licenciamentos de obras passaram a estar dependentes da tutela (IPPC), o que invariavelmente conduzia a situações de destruição das ruínas por falta de resposta em tempo útil. Tal circunstância determinou a proliferação dos acompanhamentos e de trabalhos arqueológicos de emergência, pois durante toda a década de 80 do século passado toda a área correspondente à antiga cidade romana viria a tornar-se numa extensa e descontínua área de salvamento, devido à desmesurada pressão construtiva. Chamada a intervir em múltiplas situações de emergência a UAUM tornou-se incapaz de realizar trabalhos programados e de dar resposta ao estudo sistemático dos resultados das escavações, ao mesmo tempo que os terrenos arqueológicos se viam crescentemente 'devorados' pela construção⁵.

Após um período de grandes destruições, que atingiu o auge entre 1990 e 1991, a Câmara Municipal de Braga criou um Gabinete de Arqueologia, no âmbito do Centro Histórico (GACMB), o qual permitiu um maior controlo por parte da edilidade sobre os processos de construção. Simultaneamente, a aprovação do Plano Diretor Municipal viria a permitir impor condicionantes arqueológicas em todas as obras

³ ALVES e NUNES 1974-1977, pp. 416-423.

⁴ As disposições protetoras do Dec. Lei 640/76 de 30 de julho foram renovadas pelo Dec. Lei 99-A/77 de 30 de Julho, prorrogadas por mais um ano, pelo Dec. Lei 65/78 de 8 de julho, mantendo-se em vigor até 1979.

⁵ LEMOS 1991, pp. 207-241.

realizadas no perímetro urbano, definindo, noutros casos, pequenas zonas de reserva arqueológica, onde apenas se podiam construir equipamentos de superfície. Este novo enquadramento abriu uma nova página no '*Projeto de Bracara Augusta*', que permitiu consolidar a sua componente científica.

A partir de 1992, e até à atualidade, o '*Projeto de Bracara Augusta*' passou a regular-se pelo 'primado da investigação e da gestão da informação', contemplando a realização, quer de escavações preventivas, quer de intervenções orientadas para o estudo do urbanismo e da arquitetura, cujas características se foram precisando com novas intervenções.

Se até à década de 90 do século XX o avanço dos conhecimentos sobre a cidade romana foi lento, pois a pressão dos salvamentos impedia a concretização de estudos mais consequentes, pode afirmar-se que as novas condições emergentes permitiram criar um contexto bastante mais propício à investigação, que se traduziu numa multiplicação de estudos diferenciados, bem documentada pelo aumento exponencial da produção bibliográfica. Nesta nova etapa cabe destacar como fatores decisivos de consolidação do projeto: a conclusão das escavações de dois importantes conjuntos arqueológicos (termas públicas do Alto da Cividade [1999] e zona arqueológica das Carvalheiras [2000]); a descoberta do teatro romano (1999); a multiplicação de intervenções programadas em vários locais da cidade, que tornaram possível compreender a evolução urbana de Braga; a realização do estudo de diferentes tipos de materiais (cerâmica, vidro, moedas) e a informatização de todos os registos de campo, iniciada em 1992, com a criação de um Sistema de Informação de Bracara Augusta (SIABRA), que facilitou sobremaneira o cruzamento dos dados de diferentes intervenções, permitindo um acesso mais rápido à informação, bem como a sua gestão integrada e rápida difusão⁶.

Atualmente o '*Projeto de Bracara Augusta*' contempla diferentes vertentes complementares que fazem dele um verdadeiro projeto de Arqueologia Urbana, articulando escavações preventivas e outras orientadas por objetivos estritamente científicos, os estudos, a gestão integrada da informação e a divulgação e transferência do conhecimento.

Embora realizadas com ritmos diferentes as escavações preventivas e orientadas obedecem à mesma metodologia e contribuem de igual modo para aumentar o conhecimento sobre as origens e evolução da cidade de Braga, graças à centralização dos registos. Por sua vez, os estudos incidem sobre várias temáticas, designadamente, o urbanismo e evolução urbana, a arquitetura e as técnicas construtivas, a economia urbana, que inclui o comércio, a produção e a construção, as necrópoles e práticas funerárias e a relação cidade território, com destaque para a avaliação do aprovisionamento de recursos e matérias-primas (água, pedra, argila). Cabe sublinhar que muitos destes estudos têm sido desenvolvidos no âmbito de teses de mestrado ou de doutoramento, bem como no quadro de projetos de pós doc. Ainda no âmbito da investigação cabe referir que o '*Projeto de Bracara Augusta*' viu financiados, nas últimas 2 décadas, 10 subprojectos nacionais e 7 internacionais, tendo dado origem a 18 dissertações de mestrado (+ 4 em curso) e 5 de doutoramento (+ 1 em curso), envolvendo 4 bolsiros

⁶ MARTINS e GIESTAL 2001, pp.43-61.

de pós doc financiados pela FCT.

A componente de gestão integrada da informação constitui hoje uma pedra angular do projeto, uma vez que a informatização dos registos das escavações facilita a sua rápida consulta com diferentes objetivos, seja para avaliar possíveis impactes de obras na cidade, seja para cruzar os necessários dados para a realização de estudos, ou, ainda, para gerar informação nova necessária à investigação ou à divulgação. Os resultados conjugados dos estudos e da gestão integrada da informação permitiram a criação de novas plataformas de divulgação em que a UAUM apostou desde 1998, ao ensaiar os primeiros modelos 3D da cidade romana e dos seus edifícios. Recorrendo a vários softwares, os modelos produzidos servem a difusão do saber arqueológico, sendo também usados na própria investigação, pois constituem poderosos instrumentos de representação do conhecimento⁷.

Breve síntese dos resultados

As largas dezenas de intervenções arqueológicas realizadas no âmbito do '*Projeto de Bracara Augusta*' resultaram num vastíssimo acervo de dados que tem vindo a ser estudado e valorizado, saldando-se já num significativo conhecimento relativo a vários aspetos que se articulam com a ocupação romana e medieval da cidade de Braga.

Um dos maiores contributos do projeto relaciona-se com a identificação do urbanismo fundacional e com a análise da sua evolução até à Alta Idade Média. A rigorosa georreferenciação de largas dezenas de vestígios associados a ruas, pórticos e construções documentam que *Bracara Augusta* foi objeto de uma precoce planificação, realizada no tempo de Augusto, que contemplou a projeção de uma cidade organizada segundo eixos ortogonais que estruturam quarteirões quadrados, com áreas construídas de 1 *actus* (120 pés). O traçado fundacional projetou uma cidade de planta retangular, com o eixo maior no sentido E/NE-O/SO e uma área de cerca de 30 Ha⁸. Em torno da área planificada foram sendo implantados diferentes equipamentos, que configuraram os subúrbios da cidade, com alinhamentos dissonantes da malha urbana, como é o caso das áreas oficiais de fabrico de cerâmica e vidro que se desenvolveram a poente e a sul da cidade⁹ e de um edifício de cronologia flávia construído na zona da atual catedral¹⁰. Quando a cidade foi cercada, nos finais do século III / inícios do IV, por uma poderosa muralha com torreões, o seu perímetro abraçou os setores artesanais que se desenvolveram, ao longo do Alto Império, a nascente e a sul, bem como os equipamentos que existiriam na periferia norte, integrando uma área construída de cerca de 48 Ha.

Sabemos que as alterações do tecido urbano se iniciam no século IV, na sequência da construção da muralha e da desafetação de alguns eixos viários que começam a ser invadidos por construções¹¹, tendência que persistiu nos séculos V e VI, período durante

⁷ MARTINS e BERNARDES 2000, pp. 347-357.

⁸ MARTINS 2009, pp. 181-212; MARTINS e RIBEIRO 2013, pp. 11- 44.

⁹ MARTINS *et alii* 2012, p. 57.

¹⁰ FONTES, LEMOS e CRUZ, 1997-98, p. 140.

¹¹ FONTES *et alii* 2010, pp. 255-256.

o qual se verifica também a desafetação de edifícios e espaços públicos sobrepostos por estruturas com funcionalidades diferenciadas, como ocorre no teatro, parcialmente reaproveitado por equipamentos com características habitacionais e artesanais¹².

Outro importante resultado do projeto relaciona-se com o estudo da arquitetura pública, quer na sua componente tipológica e funcional, quer construtiva e económica. Com efeito, foram identificados vários conjuntos termiais¹³ e um teatro, ainda em fase de estudo¹⁴. Os dados arqueológicos disponíveis sugerem a existência de um outro edifício público de fundação alto-imperial, detetado no decorrer de escavações realizadas na Sé catedral, quer na zona do altar-mor, quer na R. Nossa Senhora do Leite. Embora não tenha sido possível definir com clareza a natureza da construção original, profundamente remodelada no Baixo-Império, sabemos que a mesma foi adaptada nos inícios do século V para aí instalar a primeira basílica cristã¹⁵.

Elemento importante na evolução do espaço urbano terá sido a construção da muralha baixo-imperial, entre finais do século III/ inícios do IV, identificada através de várias intervenções arqueológicas, a qual possui características semelhantes às conhecidas noutras cidades do NO peninsular¹⁶.

Significativos são também os resultados relativos à arquitetura privada, até ao momento apenas representada por ricas *domus*, na sua maioria com peristilo, ladeadas de pórticos que bordejavam as vias e facilitavam o acesso às lojas que se desenvolviam na parte baixa das casas¹⁷. A partir de finais do século III muitas dessas *domus* sofreram alterações substantivas, vendo desaparecer os pórticos que se integraram nas construções, ao mesmo tempo que adotam evidentes sinais de luxo, com a instalação de balneários privados, bem como de mosaicos e estuques a revestir os pavimentos e as paredes¹⁸.

A atividade comercial de *Bracara Augusta* está precocemente documentada através de importações¹⁹. Entre os produtos importados destacam-se os alimentares, transportados em contentores anfóricos com origem em diferentes regiões²⁰, mas também a cerâmica fina de mesa e outros produtos de exceção, cuja presença permite reconstituir alguns dos principais eixos comerciais que ligavam *Bracara Augusta* aos centros produtores do Império²¹. Mas *Bracara Augusta* era também uma dinâmica cidade artesanal, produtora de cerâmicas e de vidro, bem como de outros materiais indispensáveis à vida urbana. As olarias fabricavam lucernas e cerâmica comum de uso doméstico, usando a argila explorada na região de Prado/Ucha, mas também os

¹² MARTINS *et alii* no prelo.

¹³ MARTINS 2005; MARTINS, RIBEIRO e BAPTISTA 2011, pp. 69-102; Martins *et alii* no prelo.

¹⁴ MARTINS *et alii* 2013, pp. 41-76.

¹⁵ FONTES, LEMOS e CRUZ 1997-98, pp.140-141.

¹⁶ LEMOS, LEITE e CUNHA 2007, pp. 329-341.

¹⁷ MARTINS 1997-98, pp. 23-45.

¹⁸ MAGALHÃES 2010.

¹⁹ MORAIS 1997-98, pp. 47-97.

²⁰ MORAIS 1998; 2005, pp. 100-147.

²¹ MORAIS 2005, pp. 148-305.

caulinos do litoral utilizados no fabrico de cerâmicas mais finas, como a bracarense²² e a cerâmica pintada²³. Também a produção de vidro está documentada por vestígios de oficinas e por subprodutos de fabrico²⁴. As oficinas localizavam-se na periferia da cidade, sendo bem conhecida uma delas, identificada nas imediações da Via XVII, no interior do qual foram encontrados dois fornos de fundição que laboram entre os séculos IV e V²⁵.

A atividade metalúrgica está referenciada por achados ligados à produção de peças, como cadinhos de fundição e moldes, bem como pela produção de tubos de chumbo (*fistulae*), para condução de água²⁶.

A construção seria uma das mais importantes atividades económicas da cidade, envolvendo a existência várias oficinas e corporações de artesãos e de artistas. Tendo por base as evidências dos equipamentos e edifícios públicos e privados da cidade tem-se procurado compreender melhor a importância desta atividade, quer em termos dos processos construtivos, quer no que concerne à análise dos materiais, quer ainda ao cálculo dos custos envolvidos na construção dos edifícios públicos e privados²⁷.

Graças à arqueologia sabemos que *Bracara Augusta possuía seis necrópoles situadas na periferia da área urbana e dispostas ao longo das principais vias que saíam da cidade, apenas sectorialmente escavadas e desigualmente conhecidas*.²⁸. As escavações realizadas nas diferentes necrópoles permitiram identificar numerosas sepulturas associadas, quer ao ritual da cremação, quer da inumação. No entanto, a grande maioria dos dados disponíveis relacionados com o culto dos mortos e com a sua evolução entre o período fundacional e a tardo antiguidade reportam-se à necrópole da via XVII e resultam das escavações aí realizadas entre 2008 e 2009²⁹.

Mais recentemente, e graças à acumulação de diferentes tipos de evidências arqueológicas, tem sido valorizado o sistema hidráulico da cidade. De facto, a presença de aquedutos subterrâneos para abastecimento de termas públicas, bem como a identificação de *fistulae e manilhas de sifão, que asseguravam a circulação da água na cidade, sugerem que Bracara Augusta seria abastecida por um ou mais aquedutos que captariam água na zona das Sete Fontes, a cerca de 5 Km de Braga*³⁰.

Finalmente, importa realçar o avanço dos conhecimentos sobre o território envolvente da cidade, cujo estudo potenciou a identificação de um cadastro romano, com uma orientação praticamente coincidente com os eixos urbanos. O referido cadastro possui uma malha de 20 *actus quadrados, documentada pela descoberta de dois*

²² LEITE 1997.

²³ GOMES 2001.

²⁴ CRUZ 2001; 2009a.

²⁵ CRUZ 2009b, pp. 25-27.

²⁶ MARTINS e RIBEIRO 2012, p. 28).

²⁷ RIBEIRO 2011; RIBEIRO e MARTINS 2012, p. 28; 2013.

²⁸ MARTINS e DELGADO 1989-90, pp. 41-186.

²⁹ BRAGA 2010.

³⁰ MARTINS *et alii* 2012.

*cipos gromáticos*³¹.

Para além do enorme avanço no conhecimento relativo às origens e evolução da de Braga, importa referir as importantes mais-valias patrimoniais que o '*Projeto de Bracara Augusta*' trouxe à cidade, quer através dos espaços abertos ao público³², quer daqueles que aguardam a necessária musealização³³, quer ainda por via dos materiais arqueológicos que alimentam as coleções do Museu D. Diogo de Sousa, parte das quais integram a sua exposição permanente.

Bibliografia

ALVES, Francisco J. S. e NUNES, Henrique Barreto (1974-77), O Salvamento de Bracara Augusta: 1- O campo arqueológico da U.M. (Braga). Breve história, Organização e objectivos, *O Arqueólogo Português*, 3ª série, 7/9, Lisboa, pp. 416-423.

BRAGA, C. (2010), *Os rituais funerários romanos em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13913>

CARVALHO, Helena (2008), *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracarense*, Braga, Tese de doutoramento policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/8755>

CARVALHO, Helena (2012), Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis), *Archivo Español de Arqueología*, 85, pp. 129-146.

CRUZ, Mário (2001), *Os vidros romanos de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga.

CRUZ, Mário (2009a), *Vidros romanos do Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*, Tese de doutoramento policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/9883>

CRUZ, Mário (2009b), *Vita Vitri. O Vidro antigo em Portugal*, Lisboa, MNA/MDDS.

DELGADO, Manuela, Martins, Manuela e LEMOS, Francisco Sande (1989), Dossier – Salvamento de *Bracara Augusta*, *Forum*, 6, Braga, pp. 3-39. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13335>

FONTES, Luís, LEMOS, Francisco Sande e CRUZ, Mário (1997-98), "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 137-164. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10299>

FONTES, Luís, MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo e CARVALHO, Helena (2010), A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VIII,

³¹ CARVALHO 2008; 2012.

³² Referimo-nos às Termas romanas do Alto da Cividade, à Fonte do Ídolo e à *domus* da Escola Velha da Sé, sob responsabilidade da autarquia, bem como ao balneário indígena da estação de caminhos-de-ferro, sob jurisdição da REFER.

³³ As mais importantes são a zona arqueológica das Carvalheiras, o teatro romano do Alto da Cividade, o conjunto de ruínas de Santo António das Travessas, as ruínas da Sé Catedral, conservadas em cripta e os dois conjuntos de túmulos da necrópole da Via XVII, conservados sob o piso do Liberdade Street Fashion.

in GARCÍA, A., IZQUIERDO, R., OLMO, L. e PERIS, D. (Eds.) *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo* (siglos VI-VIII), Toletum Visigodo, pp. 255-262. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13377>

GASPAR, Alexandra; LEMOS, Francisco Sande; DELGADO, Manuela (1986), O salvamento de Bracara Augusta, reflexões, *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana 1985*, 1, Lisboa, IPPC, pp. 27-42.

GOMES, Ana Maria (2001), *Cerâmicas Pintadas de Época Romana: Tecnologia, Morfologia e Cronologia*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga.

LEITE, Felisbela Maria (1997), *Contribuição para o Estudo da Cerâmica Fina de Braga. A Cerâmica "Dita Bracarense"*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga.

LE MOS, Francisco Sande (1991), Dossier *Bracara Augusta*: destruição. I. Notícias da Imprensa, *Forum*, 11, Braga, pp. 207-241.

LE MOS, Francisco Sande, LEITE, José Manuel e CUNHA, Armandino (2007), A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*, in RODRÍGUEZ COLMENERO, António e RODÁ de LLANZA, Isabel (Eds.), *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, pp. 329-341.

MAGALHÃES, Fernanda (2010), *A arquitectura doméstica de Bracara Augusta*, Tese de Mestrado policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13619>

MARTINS, M. (1997-98), A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 23-45 <http://hdl.handle.net/1822/10409>

MARTINS, Manuela (2005), *As termas romanas do Alto da Cidade. Um exemplo de arquitectura pública de Bracara Augusta*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 1, Braga, UAUM/Narq. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13410>

MARTINS, Manuela (2009), Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, in DOPICO CAÍNZOS, Dolores, VILLANUEVA ACUÑA, Manuel e RODRÍGUEZ ALVAREZ (eds), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, pp. 181-211.

MARTINS, Manuela e DELGADO, Manuela (1989/90), As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6/7, Braga, pp. 41-186. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10272>

MARTINS, Manuela e LEMOS, Francisco Sande (1997-98), Duas décadas de vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, Braga, pp. 9-21. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10372>

MARTINS, Manuela e BERNARDES, Paulo (2000), A multi-disciplinary approach for research and Presentation of Bracara Augusta's archaeological Heritage, in *Archeologia e Calcolatori*, 11, Roma, pp. 347-357.

MARTINS, Manuela e GIESTAL, Carlos Dantas (2001), O Projecto Siabra: Um sistema de Informação para a Arqueologia Urbana em Braga, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, X, Porto, pp. 43-61.

MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo e BAPTISTA, José Meireles (2011), As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade

romana, in *Atas do Seminário Internacional Aquae Sacrae. Água e sacralidad en época antigua*, Girona, pp. 69-102. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/16168>

MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Jorge, MAGALHÃES, Fernanda e BRAGA, Cristina (2012), Urbanismo e arquitetura de *Bracara Augusta*. Sociedade, economia e lazer, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo (Coord. de), *Evolução da Paisagem Urbana: Economia e Sociedade*, Braga, Ed. CITCEM, pp. 29-67. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/19522>

MARTINS, Manuela, RIBEIRO, Maria do Carmo (2012), Gestão e uso da água em *Bracara Augusta*. Uma abordagem preliminar, in MARTINS, Manuela, FREITAS, Isabel e VALDIVIESO, Isabel. (Coord. de), *Caminhos da Água*, Braga, Ed. CITCEM, pp. 9-52. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/19872>

MARTINS, Manuela, MEIRELES, José, FONTES, Luís, RIBEIRO, Maria do Carmo, MAGALHÃES, Fernanda e BRAGA, Cristina (2012), *Água. Um património de Braga*, Braga, Ed. UAUM/CITCEM.

MARTINS, Manuela e RIBEIRO Maria do Carmo (2013), Em torno da Rua Verde. A evolução urbana de Braga na longa duração, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo (Coord. de), *Evolução da Paisagem Urbana. Transformação morfológica dos Tecidos Históricos*, Braga, Ed. CITCEM/IEM, pp.11-44. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/23983>

MARTINS, Manuela, MAR, Ricardo, RIBEIRO, Jorge e MAGALHÃES, Fernanda (2013), A construção do teatro romano de *Bracara Augusta*, in MELO, Arnaldo e RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord. de), *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga, Ed. CITCEM/LAMOP/UAUM, pp. 41-76. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/27274>

MARTINS, Manuela, FONTES, Luís e CUNHA, Armandino (2013), Arqueologia Urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, in *Atas do I Congresso de Arqueologia da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, pp. 81-88. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/26824>

MARTINS, M., RIBEIRO, J., MAGALHÃES, F, PEÑIN, R. (no prelo), Urban changes in Braga in Late Antiquity: the area of the Roman Theater, Lérida.

MARTINS, Manuela, CUNHA, Armandino, MAGALHÃES, Fernanda, RIBEIRO, Jorge, BRAGA, Cristina e PEÑIN, Raquel (no prelo), Metamorfoses de um espaço urbano. A sequência de ocupação da Zona Arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56, em Braga, *Oppidum*, 7. CMLousada.

MORAIS, Rui (1997-98), Importações de cerâmicas finas em Bracara Augusta: da fundação até à época flávia, *Cadernos de Arqueologia*, 14-15, Braga, pp. 47-97. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10298>

MORAIS, Rui (1998), *As ânforas da zona das Carvalheiras. Contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 8, UAUM, Braga.

MORAIS, Rui (2005), *Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contribuição para o estudo económico da cidade no Alto Império*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 2, Braga, UAUM/NARQ.

NUNES, Henrique Barreto (1988), O cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e a defesa do património de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, 5, Braga, pp. 93-100.

NUNES, Henrique Barreto (1994), *Memórias do Salvamento de Bracara Augusta*, *Bracara Augusta*, 45 (97), Braga, pp. 63-70.

NUNES, Henrique Barreto (1996), Para a história do Salvamento de Bracara Augusta: 1 - O papel da Universidade do Minho, *Forum*, 19, Braga, pp. 23-48

OLIVEIRA, Eduardo Pires de e FENANDES, Isabel (1986), *Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa, Cadernos de Arqueologia*, 2ª série, 3, pp. 171-195.

RIBEIRO, Jorge (2011), *A Arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*. Tese de Doutoramento policopiada, Universidade do Minho, Braga. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/12232>

RIBEIRO, Jorge e MARTINS, Manuela (2012), Materiais de construção em Bracara Augusta, in RIBEIRO, Maria do Carmo e MELO, Arnaldo (Coord. de), *História da Construção. Os materiais*, Braga, Ed. CITCEM, pp.15-34.

RIBEIRO, Jorge e MARTINS, Manuela (2013), Os processos construtivos da edilícia privada em *Bracara Augusta*: o caso da *domus* das Carvalheiras, in MELO, Arnaldo e RIBEIRO, Maria do Carmo (Coord. de), *História da Construção. Arquiteturas e técnicas Construtivas*, Braga, Ed.CITCEM/LAMOP/UAUM, pp. 75-98. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/27287>